

NÃO HÁ DENTE DE COELHO NO PROBLEMA DA TRADUÇÃO RADICAL

Marcos Barbosa de OLIVEIRA*

RESUMO: O trabalho consiste em uma tentativa de refutação do princípio quineano da indeterminação da tradução radical. A estrutura do argumento é a seguinte. A demonstração do princípio no texto de Quine assenta-se sobre certa concepção do processo de tradução radical. Esta concepção só se sustenta se são adotadas certas pressuposições a respeito da natureza da linguagem e dos falantes. Entretanto, se estas pressuposições são adotadas, não há razão para não se aceitarem também outras pressuposições - as quais invalidam a demonstração de Quine.

UNITERMOS: Tradução radical; Quine; Word and object; behaviorismo; mentalismo; modelo desejo-crença.

Este trabalho tem a forma de uma refutação do princípio quineano da indeterminação da tradução; acreditamos entretanto que seu arcabouço conceitual serve também para iluminar não só o problema da tradução radical mas ainda questões mais gerais referentes ao comportamento verbal. As idéias de Quine que estaremos criticando provêm todas do capítulo II de *World and Object*; sendo estas bastante conhecidas, julgamos dispensável recapitulá-las aqui.

A tese, em resumo, é a seguinte. A demonstração do princípio no texto de Quine assenta-se em certa concepção do processo de tradução radical. Esta concepção só se sustenta se são adotadas certas pressuposições a respeito da natureza da linguagem e dos falantes. Entretanto, se estas pressuposições são adotadas, não há razão para não se aceitarem também outras pressuposições – as quais invalidam a demonstração de Quine. O objetivo do primeiro trecho de nosso percurso é trazer à luz as pressuposições implícitas na argumentação de Quine; pretendemos alcançá-lo por vias indiretas, começando por uma análise da relação que existe entre o problema da tradução radical e o *problema da previsão do comportamento verbal*.

Por “problema da previsão do comportamento verbal” entendemos, naturalmente, o problema de prever o que cada falante vai dizer a cada momento dado. Por exemplo, o que o sr. Fulano de Tal vai estar dizendo às 10 h e 45 min. do dia de seu próximo aniversário. Não há dúvida que, enunciado desta forma tão geral, não há solução à vista para o problema. Para que nos certifiquemos disto, basta atentar para o fato de que o comportamento verbal de um falante é função de um número enorme de variáveis – o tempo, a conjuntura econômica do país, os estados de saúde e de humor do falante, o lugar em que ele se encontra, a presença de outros falantes, etc., etc. Desta maneira, para que se conseguisse fazer previsões acertadas de comportamentos verbais, seria necessário que a economia, a meteorologia, e muitas outras disciplinas já estivessem bem mais avançadas

* Departamento de Filosofia - Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação - UNESP - 17500 - Marília - SP.

do que no momento estão, e do que se pode realisticamente contemplar para um futuro não remoto. Uma formulação mais interessante do problema, entretanto, talvez seja: como prever o que cada falante vai dizer *em cada situação*. Por exemplo: o que o sr. Fulano de Tal vai dizer ao receber o seu amigo Beltrano de Tal em sua sala, estando o tempo chuvoso, etc., etc., etc. A vantagem desta formulação é que de acordo com ela o problema fica restrito ao território da Lingüística (a Lingüística sendo entendida como o estudo geral da linguagem). Ou seja: agora a incapacidade de resolver o problema deve ser considerada como resultado de uma insuficiência em nosso entendimento dos fenômenos da linguagem apenas, e não de outros domínios da realidade. Esta nova versão do problema é claramente mais fácil do que a original, entretanto mesmo para esta estamos muito longe ainda de possuir a solução. Não nos deteremos para argumentar a favor desta proposição pois ela, acreditamos, nada tem de controversa. Vamos então apenas registrar aqui esta premissa – de que o problema da previsão do comportamento verbal é, de maneira geral, insolúvel – pois, de qualquer forma, sua validade será qualificada quando voltarmos a ela mais tarde.

O que estava nos interessando, entretanto, era a relação entre este problema e o da tradução radical. Ambos podem, naturalmente, ser analisados em certo número de sub-problemas; isto faz com que seja possível enunciarmos nossa tese a respeito da relação entre os dois problemas da seguinte maneira: o subproblema crucial de cada um deles é o mesmo, assim, quem tiver capacidade de resolver um também terá, em princípio, a capacidade de resolver o outro.

Vamos tornar plausível esta tese recorrendo em primeiro lugar a uma concepção *mentalista* do comportamento verbal. O objetivo desta demonstração é mais lançar luz sobre os problemas em pauta do que servir como elemento da tentativa de refutação de Quine: dada a orientação behaviorista de sua filosofia, não é razoável pretender que ele aceite as conclusões de uma análise declaradamente mentalista. A tese, entretanto, é relevante para nossos propósitos, por isso apresentaremos posteriormente outra demonstração, esta formulada em termos puramente behavioristas.

A concepção mentalista de que vamos lançar mão é o *modelo desejo-crença* para a explicação da ação. De acordo com este modelo, uma ação – por exemplo, a ação de uma pessoa ao beber um copo d'água – deve ser explicada como o resultado de atuação conjunta de um desejo – no exemplo, o desejo de saciar a sede – e de uma crença – a crença de que bebendo a água a sede ficará saciada. Pode-se observar desde já que uma ação não determina univocamente o desejo e a crença que a teriam produzido: na medida em que não se deve supor que a crença seja necessariamente verdadeira, a ação do exemplo poderia ser alternativamente atribuída a um desejo de saciar a fome, acoplado a uma crença de que a água sacia a fome.

A proposta, então, é aplicar este modelo desejo-crença ao comportamento verbal. Mas no caso de um comportamento verbal, de uma elocução – qual seria o desejo e qual seria a crença? O desejo é o desejo de *dizer algo*, de comunicar um significado. A crença é a crença de que proferindo certas expressões consegue-se satisfazer o desejo, isto é, consegue-se transmitir ao interlocutor (ou aos interlocutores) aquilo que se queria dizer. Esta expressão deve naturalmente pertencer a uma determinada língua, de tal modo que a crença envolvida em cada ato de fala é uma crença a respeito de uma língua determinada. A respeito de qualquer pessoa que domine uma língua, pode-se dizer que suas crenças a respeito dela são verdadeiras, isto é, que a pessoa tem conhecimento da língua. Na aplicação do modelo desejo-crença ao comportamento verbal diremos então que o elemento correspondente à crença é o *conhecimento lingüístico*. Quanto ao desejo, vamos chamá-lo de *desejo comunicativo*, só para facilitar a exposição.

É interessante pensar nos comportamentos verbais como exemplificação da identidade “desejo comunicativo + conhecimento lingüístico = comportamento verbal”. Dependendo de quais elementos desta identidade sejam considerados incógnitas ou parâmetros, teremos um ou outro tipo de situação. No caso normal de comunicação entre mem-

bros de uma mesma comunidade lingüística, o conhecimento lingüístico e o comportamento verbal são os parâmetros, os dados do problema, enquanto o desejo comunicativo é a incógnita. Podemos dizer então que o receptor de uma elocução tem que resolver uma equação com uma incógnita e dois parâmetros conhecidos; o sucesso na resolução corresponde ao entendimento da mensagem, ou seja, à determinação correta do desejo comunicativo do interlocutor.

Consideremos agora o problema da previsão do comportamento verbal, de novo entre membros de uma mesma comunidade lingüística. Neste caso, a incógnita é naturalmente o comportamento verbal. Dos dois parâmetros, entretanto, somente um deles – o conhecimento lingüístico – pode agora ser considerado como dado do problema; para resolver a equação é necessário determinar independentemente o desejo comunicativo, e é precisamente aí que reside a dificuldade. Pode-se dizer então que a determinação do desejo comunicativo é o sub-problema crucial do problema da previsão do comportamento verbal.

Passando agora ao problema da tradução radical, é fácil perceber que também para este o “x” da questão é a determinação do desejo comunicativo. Para constatar isso, basta notar que, em relação ao problema da previsão, o que ocorre é uma mudança de estatuto entre os elementos da identidade: o comportamento passa de incógnita a parâmetro conhecido, enquanto o conhecimento lingüístico (que é o que se deseja descobrir no contexto da tradução radical) sofre a transformação inversa.

Consideramos então demonstrada, numa perspectiva mentalista, a tese enunciada acima acerca da relação entre os problemas da tradução radical e da previsão do comportamento verbal. Para fazer o mesmo em termos behavioristas, o mais conveniente é recorrer à própria exposição de Quine do processo de tradução radical. Recordemos a clássica cena inicial: um coelho passa correndo, o nativo diz “Gavagai”, o lingüista anota a conjectura de que “Gavagai” quer dizer “Coelho” (adaptando, naturalmente, a descrição quineana do inglês para o português). Qual é o critério? Por que o lingüista não adota tentativamente, digamos, “Vaca” em vez de “Coelho” como tradução para “Gavagai”? Resposta: porque “Coelho” é (supostamente) o que o lingüista diria se estivesse na posição do nativo, ou, de outro modo, o que o nativo diria se falasse o português.

Há uma passagem em que Quine é bastante explícito a respeito; ela se refere a um estágio posterior do processo de tradução radical, um estágio no qual o lingüista já considerou estabelecidas as expressões na língua nativa correspondentes ao “sim” e “não” do português. Diz Quine:

“A lei geral para a qual ele [o lingüista] coleta casos particulares é mais ou menos a de que o nativo concordará com “Gavagai” sob as mesmas estimulações sob as quais nós, sendo inquiridos, concordaríamos com “Coelho”?, e correspondentemente para o desacordo”. (1, p. 30)

O critério é, portanto, “o que o lingüista diria”; logo, para levar adiante o processo de tradução, o lingüista tem de saber o que um falante genérico de sua língua diria numa dada situação, ou seja, ele tem de ser capaz de fazer previsões de comportamento verbal.

Consideremos então demonstrada, para todos os efeitos, a tese de que os problemas da tradução radical e da previsão do comportamento verbal mantêm entre si uma relação tal que, a capacidade de resolver um implica, em princípio, a capacidade de resolver também o outro. Parece agora que nosso percurso nos conduziu a um beco. Tínhamos afirmado anteriormente que o problema da previsão é, em geral, insolúvel; acoplando esta proposição com a tese acima, somos levados a concluir, naturalmente, que o problema da tradução radical também é insolúvel. Por quem se propunha a refutar o princípio quineano da indeterminação, é claro que não pode ser bem recebida a conclusão de que a tradução radical é, na verdade, impossível.

É chegada a hora, entretanto, de mencionarmos a ressalva necessária à proposição da impossibilidade da previsão do comportamento verbal. O fato é que, em certas *situações especiais*, é possível fazerem-se previsões acertadas acerca de comportamentos verbais. Por exemplo, se perguntarmos pela hora a uma pessoa que sabemos equipada com um relógio de pulso acurado, poderemos prever, com razoável segurança, qual vai ser a resposta. O grau de segurança dependerá, naturalmente, das pressuposições que forem feitas.

É fácil perceber, mesmo no relato de Quine que o processo de tradução radical depende fundamentalmente da identificação destas situações especiais nas quais é possível a previsão do comportamento verbal, ou – também poderíamos dizer – nas quais é possível a determinação do desejo comunicativo. Quine explora bastante duas destas situações: aquela em que algo interessante ocorre no ambiente, alguma coisa – como um coelho passando – que chame a atenção, tanto do lingüista, quanto do nativo, e aquela em que se faz uma pergunta ao nativo, acompanhada de certo gesto. Na verdade, um estudo da tradução radical, mais sistemático do que aquele em que Quine se propõe a fazer, não poderia dispensar um levantamento metódico destes tipos de situação.

Voltemos agora ao objetivo colocado inicialmente, o de refutar o princípio quineano da indeterminação. Esta refutação teria, como um de seus elementos, o fato de que, ao conceber o processo da tradução radical, Quine faria pressuposições de certa natureza. Estamos agora em condições de explicar que pressuposições são estas. O que ocorre, e é fácil de ser constatado, é que, mesmo nas situações especiais de que estamos falando, as previsões de comportamentos verbais só podem ser feitas se certas possibilidades forem excluídas. No exemplo da pessoa a quem se pergunta pela hora, a possibilidade de que ela esteja de mau humor e se recuse a responder, a possibilidade de que queira nos enganar, etc. Uma análise cuidadosa do processo de tradução, tal como descrito por Quine, revelaria um número muito grande de pressuposições implicitamente adotadas em correspondência com a exclusão de possibilidades. Na verdade, o processo descrito por Quine só parece plausível se se supõe – e esta é, certamente, uma suposição bastante substancial – que os nativos compreendem o objetivo do lingüista de elaborar um manual de tradução, que se dispõem a colaborar com o lingüista na realização desta tarefa, que possuem as capacidades cognitivas necessárias para uma colaboração efetiva, etc.

Um dos pontos de apoio para a demonstração desenvolvida por Quine para o princípio de indeterminação da tradução é a alegação de que – tomando como exemplo a cena inicial – quando o nativo diz “Gavagai” ele tanto pode estar se referindo ao coelho que passa como a uma de suas partes, ou a um breve estágio temporal do coelho, ou à fusão de todos os coelhos – e há ainda outras possibilidades. Há uma suposição – mencionada pelo próprio Quine – que bloquearia esta fonte da indeterminação, a saber, a suposição de que a linguagem natural tem um termo geral breve para coelho e nenhum para partes, estágios ou fusões de coelhos (Cf. 1, p. 40, 52). A pergunta então é: se Quine adota implicitamente tantas pressuposições para viabilizar a tradução radical, por que não adotar também esta última – a qual, naturalmente, invalidaria sua prova do princípio de indeterminação?

Esta é, em resumo, a refutação do princípio de indeterminação da tradução que desejávamos expor. Uma apresentação completa demandaria discussões mais cuidadosas de muitos pontos, bem como de possíveis contra-argumentos da parte de Quine. Optamos entretanto por deixar de lado estas discussões, julgando que elas poderiam tornar pesada o presente trabalho, além de fazer com que aparecesse menos nitidamente a estrutura de nossa argumentação – que é o que realmente importa.

OLIVEIRA, M. B. de - A solution to the problem of radical translation. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, **9/10** : 9-12, 1986/87.

ABSTRACT: This paper consists in an attempt to refute Quine's principle of the indeterminacy of radical translation. The structure of the argument is as follows. The demonstration of the principle in Quine's work rests on certain conception of the process of radical translation. This conception can be maintained only if certain presuppositions are made concerning the nature of language and its speakers. However, if those presuppositions are adopted, there is no reason for not accepting also other presuppositions, which would invalidate Quine's demonstration.

KEY-WORDS: Radical translation; Quine; Word and object; behaviorism; mentalism; desire-belief model.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. QUINE, W. V. O. - *Word and object*. Cambridge, The MIT Press, 1960.